

# As relações geopolíticas China- Mianmar e o Golpe Militar de 2021

*Tales Henrique Nascimento Simões <sup>1</sup>*

**Resumo:** Este artigo busca demonstrar que, em contraposição às análises que veem na China um aliado de primeira hora dos militares de Mianmar, é errôneo presumir que os chineses se beneficiem amplamente do golpe militar birmanês de fevereiro de 2021. Por meio de uma visão crítica e realista, analisaremos o desenvolvimento histórico das relações entre os dois Estados e abordaremos as consequências geopolíticas da transição democrática em Mianmar e da recente ruptura institucional para a China no contexto de competição estratégica com os Estados Unidos na região. Concluímos que o principal objetivo da China com relação à Mianmar consiste na manutenção de um grau razoável de estabilidade para que seus investimentos não sejam atravancados, sobretudo os projetos geoestratégicos da Nova Rota da Seda.

**Palavras-chave:** Geopolítica; China; Mianmar.

## CHINA-MYANMAR GEOPOLITICAL RELATIONS AND THE 2021 MILITARY COUP

**Abstract:** This article aims to demonstrate that, in contrast to analyses that see China as a first-time ally of the Myanmar military, it is erroneous to assume that the Chinese will benefit extensively from the 2021 Burmese military coup d'état. Through a critical and realistic perspective, we will analyze the historical development of relations between the two states and address the geopolitical consequences of the democratic transition in Myanmar and the recent institutional rupture for China in the context of strategic competition with the United States in the region. We conclude that China's main objective with regard to Myanmar consists in maintaining a reasonable degree of stability so that its investments are not hindered, especially the geostrategic projects of the New Silk Road.

**Keywords:** Geopolitics; China; Myanmar.

## LAS RELACIONES GEOPOLÍTICAS CHINA-MYANMAR Y EL GOLPE MILITAR DE 2021

**Resumen:** Este artículo pretende demostrar que, a diferencia de los análisis que ven a China como un aliado temprano de los militares de Myanmar, es erróneo suponer que los chinos se beneficiarán ampliamente del golpe militar birmano de febrero de 2021. A través de una visión crítica y realista, analizaremos el desarrollo histórico de las relaciones entre ambos Estados y abordaremos las consecuencias geopolíticas de la transición democrática en Myanmar y la reciente ruptura institucional para China en el contexto de la competencia estratégica con Estados Unidos en la región. Concluimos que el principal objetivo de China respecto a Myanmar consiste en mantener un grado razonable de estabilidad para que sus inversiones no se vean obstruidos, notadamente los proyectos geoestratégicos de la Nueva Ruta de la Seda.

**Palabras-clave:** Geopolítica; China; Myanmar.

## Introdução

As relações entre China e Mianmar são complexas e multifacetadas. Na seara da geopolítica, essas relações apresentam distintos alcances e as nuances por razões históricas, geográficas, econômicas e culturais. Diante do golpe militar de fevereiro de 2021 em Mianmar, especulou-se sobre os interesses e mesmo um

---

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia Humana pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (PPGH/USP).



eventual apoio da China para com a junta militar do país vizinho. Por meio de uma análise crítica e realista, tendo os ensinamentos da Geografia Política e das Relações Internacionais como substrato, buscaremos ponderar sobre a trajetória histórica e recente que caracteriza os laços entre os dois Estados, caracterizados por avanços e recuos desde o reconhecimento diplomático entre os países em 1950. Para isto, em sede de metodologia, realizamos uma pesquisa quantitativa apoiada na revisão bibliográfica. O objetivo principal do artigo é demonstrar que, em contraposição às análises que veem na China um aliado dos militares birmaneses, seria errôneo presumir que o país se beneficie da tomada de poder desse setor ou que, após a ruptura institucional, Mianmar seria inexoravelmente atraído para a esfera de influência chinesa.

Buscaremos explicar como o forte sentimento sinofóbico e nacionalista por parte dos militares de Mianmar e as históricas desconfianças da China, exacerbadas a partir de sua assertividade diplomática e militar a partir do século XXI, são fatores que balizam suas delimitações geopolíticas e que corroboram o entendimento de que dificilmente Mianmar se tornará um Estado satélite dos chineses e que tampouco a China terá plenos poderes para implantar seus projetos econômicos e geoestratégicos no vizinho. O artigo está estruturado em duas partes além da introdução e das considerações finais. A primeira parte abrange o desenvolvimento histórico das relações entre China e Mianmar e as reticências arraigadas no pensamento dos líderes mianmarenses para com o vizinho ao norte. A segunda parte aborda as consequências para a China da transição democrática mianmarenses e da recente ruptura institucional pelo golpe militar de fevereiro de 2021, e analisa as dimensões geopolíticas de Mianmar na delimitação das políticas chinesas, em particular na conjuntura de crescente competição estratégica entre China e Estados Unidos.

### **1. As históricas relações entre China e Mianmar**

A localização geoestratégica de Mianmar, conectando o subcontinente indiano à China e à península da Indochina, sofreu ao longo da história com incursões militares de indianos, chineses, tailandeses, britânicos e japoneses, sendo igualmente palco de rivalidades entre as potências europeias durante o neoimperialismo do século XIX, bem como das superpotências enredadas na Guerra Fria durante o século XX. Não surpreende, portanto, que as percepções chinesas a



respeito da relevância estratégica de Mianmar tenham sido pautadas por essa mesma lógica. Fan (2012) aponta dois contextos distintos que teriam norteado o relacionamento entre chineses e mianmarenses desde a independência política destes em 1948 e a revolução comunista chinesa de 1949, que estariam atreladas às relações entre China e Estados Unidos. O primeiro deles refere-se às décadas de 1950 e 1960, quando o antagonismo sino-estadunidense e o cerco geoestratégico imposto à China teriam aproximado os dois vizinhos, ao transformar Mianmar em um Estado-tampão (*buffer state*). O segundo deles consiste na reaproximação entre China e Estados Unidos a partir de 1972, que levou ao declínio da importância geográfica de Mianmar para os chineses.

É importante ressaltar que, desde sua independência, Mianmar adotou uma política externa de neutralidade e não alinhamento, cuja concepção seria resultado de sua história colonial e dos sentimentos nacionalistas que floresceram durante o jugo da colonização britânica e durante a ocupação japonesa na Segunda Guerra Mundial. Além da influência da localização geográfica do país entre duas potências asiáticas, China e Índia, a delimitação de uma inserção internacional que se alijasse da submissão a qualquer potência externa seria um marco fundamental ao longo de sua história, evidenciando o temor e a desconfiança das grandes potências (HAN, 2018).

Sua política externa, contudo, enfrentaria desafios desde o primeiro momento. Logo no ano seguinte à sua independência, Mianmar defrontou-se com sobressaltos advindos da Revolução Chinesa. O temor de invasão por parte das grandes potências foi direcionado ao partido comunista chinês, mesmo com o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois Estados em 1950. Esse receio seria mantido, em menor ou maior grau, ao longo de toda a Guerra Fria. É possível elencar, dentre as adversidades que afetariam as relações entre China e Mianmar, quatro obstáculos de particular preocupação para as autoridades mianmarenses: (1) a incursão de tropas do Kuomintang em Mianmar; (2) as relações entre o governo chinês e o Partido Comunista de Burma (PCB); (3) a questão étnica mianmarenses e sua repercussão na área transfronteiriça; (4) o problema dos imigrantes e descendentes chineses no país.

A incursão de tropas do Kuomintang (KMT) em Mianmar, o partido nacionalista chinês que perdera a guerra civil para os comunistas em 1949, gerou apreensões no governo mianmarenses em função da violação de sua soberania e do receio de que a



China pudesse interpretar a situação como um apoio do país ao KMT e eventualmente invadir o país para atacar seus rivais. O desenlace dessa situação deu-se com a coordenação de forças militares entre China e Mianmar para expulsar as tropas do KMT do país, com arrefecimento das tensões (HUNG; BAIRD, 2017).

A respeito da questão étnica mianmareNSE e sua repercussão na área transfronteiriça, faz-se necessário esclarecer que a heterogeneidade étnica em seu território revela atribuições adicionais ao desafio da coesão nacional e da circulação, imperiosas, segundo ressalta o pai fundador da Geografia Política, Friedrich Ratzel, para o desenvolvimento do Estado, ao contribuir para sua organização e para a conquista do espaço em termos políticos e geoestratégicos (RATZEL, 1903 apud HÜCKEL, 1906). As políticas territoriais delineadas para chegar a regiões mais distantes, sobretudo as regiões fronteiriças, mostram-se insuficientes e disfuncionais diante da problemática congregação política das 135 etnias no território nacional. Embora o Acordo de Panglong, assinado em 1947 pelos principais grupos étnicos do país, permitisse vislumbrar a obtenção de autonomia administrativa e uma parcela equitativa da riqueza do país no período pós-colonial, os compromissos firmados nunca chegaram a ser efetivamente implantados. Essa situação conduziria à eclosão de diversas insurreições étnicas, muitas das quais se estendem até a atualidade. Conquanto nem todas as rebeliões tenham se mantido ativas, as insurgências armadas constituem um dos principais desafios a serem superados pelo país. Resta claro que as insurreições localizadas na fronteira de 2.200 quilômetros entre Mianmar e China criariam problemas adicionais aos dois vizinhos. As áreas mais vulneráveis encontram-se justamente em torno da fronteira sino-birmanesa, onde os grupos étnicos Wa e Kachin estão presentes, com instabilidades latentes para província de Yunnan, no sudoeste chinês (ZIN, 2010)

Os problemas advindos das relações entre o governo chinês e o Partido Comunista de Burma (PCB) e dos imigrantes e descendentes chineses em Mianmar estão interligados. Em 1962, o golpe militar que alçou Ne Win ao poder com sua política do “Caminho Birmanês ao Socialismo” conduziu o país a uma orientação explicitamente isolacionista no plano internacional e implicou a expulsão de instituições e cidadãos estrangeiros de seu território. Embora a China tenha vilipendiado o regime mianmareNSE, considerando-o um “capitalismo burocrático com uma aparência exterior de socialismo” (FAN, 2012, p. 20), o país deu apoio a



Ne Win para cultivar boas relações com o vizinho em função de sua posição geoestratégica.

No entanto, essa situação coincidiu alguns anos depois com a radicalização doméstica na China no bojo da Revolução Cultural (1966-1976) e na política de “exportação da revolução” delineada por Mao Zedong. Essa política teve duas importantes ramificações. A primeira delas consistiu no apoio logístico e militar ao PCB com vistas à condução de uma revolução comunista análoga à chinesa. A segunda delas refere-se à mobilização da comunidade chinesa nos países do Sudeste Asiático para apoiar a Revolução Cultural, o que levou a uma série de protestos anti-chineses em diversas cidades do país em junho de 1967 (HAN, 2018). Embora a população chinesa em Mianmar não fosse tão significativa quanto à dos demais Estados na região, o país temia as atividades subversivas e a possibilidade de a China interferir em suas relações internas por meio dessas comunidades (FAN, 2012).

Apesar de todas essas questões perniciosas nas suas relações com a China, Mianmar não abdicou da política de neutralidade na esfera internacional e tampouco se orientou em direção a outra potência extrarregional para não criar antagonismos com os chineses. Por sua vez, o governo chinês buscou exercer uma política pragmática com o vizinho devido a atribulações mais prementes oriundas do contexto da Guerra Fria e da rivalidade geopolítica com os Estados Unidos. Consoante Henry Kissinger (2011), desde a revolução chinesa de 1949 e, sobretudo, após a Guerra da Coreia (1950-1953), os estadunidenses buscaram reforçar os laços com os países fronteiriços da China por meio de alianças militares e do estabelecimento de bases militares na região, que incluíam tratados com Tailândia (1950), Filipinas (1951), Coreia do Sul (1953), Taiwan (1954) e Japão (1954), além do Pacto de Manila de 1954 que instituiu a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO) para a defesa coletiva regional, análoga à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Diante desse cerco militar, à China não restava outra alternativa senão entabular relações cordiais com Mianmar, cuja localização geoestratégica seria fundamental para impedir constrangimentos adicionais ao território chinês. A resolução de disputas fronteiriças e a assinatura de um tratado de amizade e não agressão em 1960 foram emblemáticas nessa conjuntura, preservando o papel de Mianmar como um *buffer state* entre a China e o Ocidente (FAN, 2012). Mas o status



geoestratégico de Mianmar na política externa chinesa passaria por um ponto de inflexão a partir de 1971. Os chineses deram-se conta de que o isolacionismo adotado por Mao Zedong poderia servir de justificativa para intervenções estrangeiras no país, inclusive por parte da União Soviética. Essa situação levou os líderes chineses a se voltarem para um adversário inesperado, os Estados Unidos (KISSINGER, 2011). A normalização das relações sino-estadunidenses significava o arrefecimento da estratégia de cerco ao território chinês e implicava transformações paradigmáticas na geopolítica asiática. Nos anos seguintes, a China estabeleceu relações diplomáticas com todos os aliados dos Estados Unidos, como Japão, Filipinas, Tailândia e Malásia, além de ter formalmente reconhecido a ASEAN, formada em 1967 (FAN, 2012).

Esse cenário de entendimento e pacificação na Ásia do Leste acarretou uma forte deterioração do papel geoestratégico de Mianmar para os chineses, acentuado pela desideologização da política externa da China e o abandono da exportação da revolução comunista após a morte de Mao Zedong e a ascensão de Deng Xiaoping, com suas reformas econômicas modernizantes. A mudança da política geoestratégica para uma política geoeconômica envolveria relações de cooperação baseadas no interesse nacional, cujo cerne estaria no fortalecimento das relações econômico-comerciais com os países do Sudeste Asiático, incluindo Mianmar (ZIN, 2010). O regime de Ne Win, por sua vez, apegava-se ainda ao isolacionismo internacional e à adoção de uma economia basicamente autárquica, que levava o país a uma situação de forte empobrecimento. A forte repressão ao levante democrático que eclodira no país e a anulação das eleições de 1990, vencidas pelos civis – na figura de Aung San Suu Kyi – levou os Estados ocidentais a adotarem uma série de medidas contra a junta militar mianmarenses, que envolvia condenações, sanções e restrições à assistência internacional (HAN, 2018). Embora a China tenha inicialmente aderido ao princípio de não interferência nos assuntos domésticos de Mianmar, o país estava disposto a trocar seu apoio aos militares pelos civis que estavam prestes a vencer as eleições de 1990 (ZIN, 2010). No entanto, o contexto de supressão do movimento de Tiananmen, em 1989, acabou sendo determinante para que o país oferecesse apoio diplomático e econômico aos militares mianmarenses.

Assim, o período do pós-Guerra Fria assistiu ao aprofundamento da cooperação política, econômica e militar entre os dois países. Nesse particular, a



situação era profundamente distinta à que ocorrera no contexto bipolar de 1945-1989. Fan (2010) ressalta que, mais uma vez, houve transformações na perspectiva da política externa chinesa para com seu vizinho a sudoeste. Ao mesmo tempo em que Mianmar necessitava desesperadamente das relações comerciais com um país economicamente pujante para contornar as sanções internacionais, o rápido crescimento econômico chinês aumentou sua demanda de novas fontes de energia e de novos meios para a expansão de seu fluxo comercial internacional. Novamente a posição geoestratégica do território de Mianmar passou a configurar como alvo das políticas chinesas, em função de suas riquezas naturais e de sua localização geográfica no Oceano Índico. As relações contemporâneas sino-birmanesas do pós-Guerra Fria passariam a ser determinadas particularmente por essa nova conjuntura.

## **2. A China diante dos avanços e retrocessos democráticos em Mianmar**

A dimensão do poder dos Estados revela-se fundamental na configuração da geopolítica regional e global. As grandes potências possuem, nesse sentido, a capacidade de modificar e moldar o comportamento de outros países e, por conseguinte, de conservar ou alterar a correlação de forças vigentes. Quando Claude Raffestin (1993, p. 17) argumenta que “uma verdadeira geografia só pode ser uma geografia do poder ou dos poderes”, isso significa que o poder pode incidir na organização e estruturação do espaço e da sociedade. O exercício do poder pelas grandes potências pode implicar transformações sobre as redes e as políticas territoriais em uma determinada região, com efeitos tangíveis sobre os atores e dimensões políticas, econômicas e culturais. Isso ocorre, sobretudo, em função das assimetrias de poder que permeiam e definem as relações interestatais, potencializadas pelas diversas interdependências, especialmente a econômica, decorrentes do avassalador processo de globalização.

Essas assimetrias de poder mostram-se presentes nas relações entre China e Mianmar durante as mudanças no processo político doméstico mianmarenses, o qual sofreu avanços e retrocessos. O status de Estado pária de Mianmar na comunidade internacional desde os episódios de 1988/1990 levaram o país a recorrer econômica e diplomaticamente à China. Sua dependência, nesse sentido, seria resultado muito mais da busca por sobrevivência da junta militar em meio às dificuldades políticas do que de intenções deliberadas por parte de seus líderes. A junta militar, por conseguinte, estaria enfrentando o dilema de como romper com a influência



assimétrica da China sem que isso conduzisse ao enfraquecimento de seu poder e das relações cordiais e vitais com os chineses (ZIN, 2010).

A natureza xenófoba do governo militar e suas profundas suspeições para construir relações estratégicas com a China eram componentes adicionais às históricas reticências a uma potência estrangeira com a qual possui longas fronteiras (SUN, 2012). Apesar da assistência ao desenvolvimento econômico concedida pelos chineses a Mianmar, que lhe permitia mitigar os danos causados pelas sanções econômicas ocidentais, o comércio bilateral permanecia amplamente desequilibrado em favor da China, que usufruía de consideráveis superávits comerciais. Na seara militar, mesmo que os chineses constituíssem seu principal fornecedor de armas, a junta militar promoveu uma redução dessa dependência ao voltar-se para outros Estados, como Índia, Rússia e Paquistão (ZIN, 2010). Os renitentes sentimentos anti-China por parte da população mianmarese eram robustecidos pela percepção de que os chineses contribuía para a preservação do regime autoritário por meio da dominação econômica e do apoio militar. Os vetos chineses no Conselho de Segurança da ONU em 2003 e 2007 para evitar resoluções condenatórias a Mianmar por violações dos direitos humanos reforçaram essa percepção<sup>2</sup> (HAN, 2018).

Em que pese a situação de dependência econômica e militar da China para salvaguardar a sobrevivência do regime, a junta militar compartilhava os sentimentos de sinofobia da população. Fortemente nacionalista e soberanista, o governo mianmarese começou a dar sinais de preocupação com a excessiva subordinação do país aos chineses, cuja superação somente poderia ser obtida mediante o apoio político e econômico de seus aliados na região e do Ocidente, inclusive dos Estados Unidos (HAN, 2018). Para que isso ocorresse, os militares estavam cientes de que era imperioso realizar mudanças em sua política doméstica. A transição democrática promovida pelos militares a partir de 2003 esteve enredada na política de redução da dependência da China, na retirada de sanções internacionais e no estabelecimento de vínculos políticos e econômicos com outros Estados. Em verdade, o fim do isolacionismo e a abertura à comunidade internacional iniciaram-

---

<sup>2</sup> As repressões e violações de direitos humanos nessas ocasiões deram-se em função da emergência de manifestações contrárias ao regime militar do país. Em maio de 2003, o incidente de Depayin envolveu a morte de diversas pessoas ligadas ao partido opositor, a LND, liderado por Aung San Suu Kyi. Em 2007, a chamada “Revolução de Açafrão”, um levante de monges budistas, foi reprimida brutalmente. A essas violações somou-se a calamitosa conduta do governo em relação ao ciclone Nargis, em maio de 2008, o maior desastre natural da história do país.





se em 1997, com a adesão formal do país à ASEAN, atrelada à necessidade de diminuir a pressão das críticas e condenações internacionais ao regime e de equilibrar as relações vistas como problemáticas com a China (SELTH, 2021).

Adicionalmente, a constituição de 2008 e a instalação de Thein Sein na presidência, em 2011, com um governo civil depois de meio século de regime militar no país, foram passos importantes em direção à institucionalização da democracia, com a implantação de reformas políticas que incluíam a eliminação de restrições a partidos políticos e à liberdade de expressão (HAN, 2018). Ressalte-se, contudo, que a transição democrática, por ter sido engendrada pelos militares, encontrou muitos solavancos. A nova constituição, por exemplo, reservou para os setores castrenses um quarto dos assentos do parlamento e três importantes ministérios – defesa, interior e fronteiras –, além de permitir que os mesmos detivessem a prerrogativa de dissolver o parlamento para preservar a estabilidade nacional. Esses privilégios seriam adotados antes que fosse permitido à Liga Nacional pela Democracia (LND), partido de Aung San Suu Kyi, participar e vencer as eleições de 2015 (JAFFREY, 2021).

A China, nessa conjuntura, incentivaria informalmente a adoção de reformas em seu vizinho. Para Steingberg e Fan (2012), isso denotava uma preocupação por parte dos líderes chineses com relação à estabilidade do Estado no futuro e, por conseguinte, da preservação de seus interesses. No entanto, alguns especialistas (LI; CHAR; 2015, SUN, 2012) consideram que a transição democrática e as reformas políticas de Mianmar, que tiveram início com as eleições de novembro de 2010, tenham causado impactos perniciosos aos interesses e políticas da China no país vizinho. A deterioração das relações entre os dois vizinhos seria ilustrada pela decisão do governo semi-civil, em 2011, ainda no período de transição democrática, de suspender a construção da hidrelétrica de Myitsone e da mina de cobre de Letpadaung, em razão da forte pressão da sociedade civil quanto aos custos ambientais e sociais decorrentes. Além disso, seria muito perceptível que tanto o governo de Mianmar quanto sua sociedade civil estariam aderindo paulatinamente aos valores e princípios emanados do Ocidente, o que denotaria uma potencial atração do país para a órbita de influência geopolítica ocidental, sobretudo dos Estados Unidos.

Os esforços do novo governo democrático de entabular relações mais próximas com os países ocidentais seriam motivados pela necessidade premente de



obter dividendos políticos e econômicos. No âmbito político, o reconhecimento internacional de seu governo poderia significar a aquisição de legitimidade para dar impulso a reformas adicionais. A visita do então presidente Barack Obama a Thein Sein em 2012, a primeira visita oficial de um presidente estadunidense a Mianmar, insere-se nesse cenário. No âmbito econômico, a obtenção de recursos e investimentos seria crucial para reativar uma economia disfuncional e dar encaminhamento a problemas como extrema pobreza e desemprego, além de diminuir a excessiva dependência dos chineses. Li e Char (2015) destacam ainda que o descontentamento popular birmanês em relação à China teria se intensificado após a remoção das restrições à mídia. As plataformas midiáticas privadas, em particular, teriam reforçado o recrudescimento dos sentimentos anti-chineses na população, baseados na percepção de que a China escorava a ditadura militar que governou o país de 1988 até 2010<sup>3</sup>.

No entanto, contrariando as expectativas dos países ocidentais de que a abertura democrática em Mianmar faria o país afastar-se paulatinamente da esfera de influência chinesa, os dois países aproximaram-se e fortaleceram ainda mais as relações bilaterais desde o início das mudanças de seu regime em 2011. Se, desde 2010, a China teria se tornado o maior investidor em Mianmar, em 2013 o país superou a Tailândia como maior parceiro comercial do país, sendo responsável pela principal parcela das exportações e importações mianmarenses. De acordo com a OMC (2021), em 2019, o comércio bilateral sino-mianmarenses<sup>4</sup> compunha um terço de todo o fluxo comercial de Mianmar. A China ainda detém um controle avassalador do setor elétrico do vizinho, com diversos projetos de hidreletricidade e de reservas de carvão.

É inegável, contudo, que a China precisou realizar ajustes e correções em sua política após a ascensão do governo civil da LND e de Aung San Suu Kyi. Os líderes chineses buscaram se adaptar às reformas políticas realizadas no país, cujo processo decisório passou a considerar cada vez mais as vozes anteriormente

---

<sup>3</sup> Li e Char (2015) adicionam ao rol dos sentimentos anti-China por parte da população de Mianmar a percepção de que a potência regional estaria explorando os recursos naturais do país, empregando mão-de-obra chinesa e limitando oportunidades de emprego para a população local. Ademais, as empresas chinesas teriam descumprido as regulamentações locais e os turistas chineses teriam demonstrado falta de respeito para com as práticas culturais e religiosas autóctones do país.

<sup>4</sup> Esse fluxo comercial bilateral reflete o modelo do comércio chinês com países em desenvolvimento, pelo qual a China importa produtos básicos e exporta bens e serviços de alto valor agregado. Enquanto Mianmar exporta produtos de mineração e agrícolas, sua pauta de importação com os chineses compreende principalmente bens de capital.



silenciadas, como as de organizações não governamentais, grupos de mídia privados, sindicatos, grupos étnicos e outros movimentos da sociedade civil. Pouco depois da suspensão de importantes obras de infraestrutura física no país, a China demonstrou capacidade de reorientar suas credenciais diplomáticas em prol de uma abertura mais nítida à sociedade do país vizinho, por meio da realização de consultas com grupos formados por empresários, acadêmicos e outros membros da sociedade para discutir as experiências das reformas econômicas chinesas, o que sinalizou uma abertura para o estabelecimento de políticas de cooperação de interesse comum (LI; CHAR, 2015).

Embora fosse esperado que o governo chinês confrontasse problemas ainda maiores diante das eleições de 2015 que alçaram Aung San Suu Kyi e a LND ao poder e que a consolidação da abertura democrática pudesse ser um divisor de águas na política do país, enveredando Mianmar em direção ao Ocidente, esse cenário não correspondeu à realidade. Em verdade, os líderes de Mianmar – militares ou civis – são plenamente cômicos de que quaisquer tensões com os chineses podem significar obstáculos expressivos para seus projetos de modernização econômica. Seria errôneo presumir que a transição democrática teria abalado as estreitas relações construídas entre China e Mianmar ao longo de muitas décadas. O governo chinês fortaleceu suas relações bilaterais com os líderes democráticos do novo regime civil de Mianmar desde 2011 de tal modo que a emergência de Aung San Suu Kyi ao poder permitiu a consolidação e o aprimoramento dessas relações. Na realidade, a LND e o governo chinês vinham construindo uma relação amistosa antes mesmo das eleições nacionais que levaram o partido ao poder.

O estreitamento dos laços entre os dois países durante o governo de Aung San Suu Kyi, que contrariou as previsões de um eventual distanciamento bilateral, envolveu o arrefecimento de suas críticas aos líderes chineses, sua expressa disposição em participar do projeto da Nova Rota da Seda e mesmo uma sinalização sobre a retomada da construção da hidrelétrica de Myitsone (ZHANG, 2020). Além disso, a China foi o destino de sua primeira viagem internacional. As preocupações com a segurança nacional e a necessidade urgente de atrair investimentos para alavancar o desenvolvimento socioeconômico do país eram imperativos que transcendiam as históricas relações de desconfiança dos chineses. A aproximação bilateral foi, ademais, potencializada por uma situação embaraçosa para os avanços



democráticos de Mianmar. Em 2017, os militares lançaram uma operação contra os Rohingya, etnia muçulmana da província de Rakhine, no noroeste do país, que seria alvo de pressão internacional e de acusações da prática de genocídio. Suu Kyi, convocada a representar os militares na Corte Internacional de Justiça (CIJ), em Haia, foi alvo de fortes condenações internacionais, que envolviam clamores para a revogação do Prêmio Nobel da Paz que lhe havia sido outorgado em 1991. Domesticamente, a crise em torno da etnia Rohingya representa muito mais que uma questão política, sendo igualmente uma questão religiosa e identitária. A principal etnia nacional, Burma, respaldou a posição de sua líder no tribunal internacional, o que contribuiu para aumentar sua popularidade no país. Diante da deterioração do ambiente internacional para Mianmar, à Aung San Suu Kyi não restaram alternativas senão voltar-se novamente à China diplomática e economicamente.

A China, por sua vez, possui uma política estratégica bem delineada para as relações com seu vizinho a sudoeste, que envolve a estabilidade das fronteiras, o transporte de energia e a cooperação econômica. Nesse diapasão, os líderes chineses não apenas viram com satisfação uma transição de poder relativamente pacífica e sem grandes solavancos, como também vislumbraram oportunidades singulares para os empreendimentos chineses no país, a despeito da suspensão de dois de seus principais projetos (SUN, 2012). Não por acaso, em maio de 2011, durante visita de Thein Sein a Pequim, China e Mianmar acordaram a elevação de suas relações bilaterais a uma “parceria cooperativa estratégica abrangente”. A estabilidade mianmarens e o controle dos conflitos étnicos representavam os mais importantes interesses da China, na medida em que a problemática transfronteiriça seria amainada e seus projetos de infraestrutura seriam preservados, a exemplo da mina de níquel de Tagaung Taung e do Corredor Econômico China-Mianmar. Além disso, o foco dos governos democráticos para reverter uma economia cambaleante significaria uma janela de oportunidade para o comércio chinês, inclusive o comércio de armas. De acordo com o SIPRI (2021), Mianmar adquiriu U\$1,3 bilhão de armamentos chineses entre 2010 e 2019, quase metade de toda a sua importação de armas no período, a qual incluía radares, drones, veículos armados e mísseis.

Diante desse cenário, resultaria improvável que o golpe militar de 2021 estivesse de acordo com os interesses da China em Mianmar. A estabilidade nacional para o andamento de seus projetos em infraestrutura e o fortalecimento das



relações econômicas e políticas com o governo de Suu Kyi foram ampla e negativamente afetadas pela ruptura institucional. Ademais, os militares, além do receio de perderem as rédeas do poder político nacional – sobretudo porque as eleições foram vencidas de forma avassaladora pela LDN em detrimento do Partido União de Solidariedade e Desenvolvimento (PUSD), ligado aos militares –, mostraram-se novamente alarmados com a dependência do país para com os chineses, reproduzindo os históricos sentimentos nacionalistas e xenófobos. A constituição de 2008, redigida e outorgada pelo regime militar, estabeleceu expressamente que o país deveria buscar uma política externa ativa, independente e não alinhada. A aproximação entre Aung San Suu Kyi e Xi Jinping seria considerada uma violação desse dispositivo constitucional, muito embora a justificativa oficial dos militares para a anulação das eleições, a prisão da líder democrática e a tomada do poder tenha sido uma suposta fraude eleitoral.

O fato de a China não ter emitido condenações veementes ao golpe militar liderado pelo General Min Aung Hlaing e à violenta repressão às manifestações democráticas estaria enredado na posição de pragmatismo e no apego à não intervenção nos assuntos internos dos outros Estados, valores historicamente caros à sua política externa e às relações com seus vizinhos imediatos. Em última instância, os interesses nacionais chineses são colocados acima das mudanças na política interna dos Estados. Apesar de as relações com os líderes democráticos terem se mostrado alvissareiras para a China, o país deseja a continuidade de seus projetos e investimentos no país, buscando preservar os laços bilaterais, mesmo que envolva um regime autoritário e sinóforo. Decerto, a instabilidade política em Mianmar coloca em xeque a manutenção dos projetos chineses no país, inclusive com a reativação dos conflitos militares entre os grupos étnicos e o governo que usurpou o poder.

Além disso, diante da transformação da dinâmica geopolítica regional, com a crescente competição estratégica entre China e EUA, o território de Mianmar torna-se novamente alvo de disputas por influência política e econômica. Para David Shambaugh (2020), o Sudeste Asiático representa hodiernamente o microcosmo da rivalidade global sino-estadunidense. A posição geoestratégica de Mianmar e os recentes movimentos dos Estados Unidos em direção ao governo de Suu Kyi revelam a importância do país diante dessa competição estratégica. Para a China, o status de pivô geoestratégico de Mianmar ganha proeminência no bojo da Nova



Rota da Seda, na qual se sobressai a construção do Corredor Econômico China-Mianmar, com dutos de gás e petróleo, estradas e ferrovias conectando a província chinesa de Yunnan ao porto mianmarenses de Kyaukpyu, localizado no Mar de Andamão, fazendo de Mianmar um portão para o Oceano Índico na perspectiva dos chineses (FAN, 2012). Considerando que em torno de 80% do petróleo importado pelo governo chinês passe pelo Estreito de Malaca e pelo Mar do Sul da China, existe um temor inequívoco sobre a possibilidade do bloqueio do estreito pelos EUA e seus aliados (STEINBERG; FAN, 2012). Nesse sentido, o Corredor Econômico China-Mianmar seria um dos principais expedientes estratégicos – ao lado do Corredor China-Paquistão – para contornar o estreito e garantir o fluxo de gás e petróleo do Oriente Médio e da África, pela Baía de Bengala, no Índico, com a infraestrutura que perpassa o território mianmarenses.

Apesar dos distintos interesses econômicos e políticos da China em Mianmar, não é possível identificar uma influência geopolítica indefectível da potência regional sobre os governos mianmarenses, seja no período militar ou no breve interregno democrático. Na realidade, os líderes birmanses sempre buscaram se posicionar de modo pragmático entre as órbitas geopolíticas de China e Índia e, mais recentemente, da China e dos países ocidentais. A transição democrática e a ascensão de Suu Kyi permitiram ao país a condução de uma política externa em que pudesse obter dividendos a partir da rivalidade sino-estadunidense que vem se desenhando na região, buscando se acomodar em um arranjo geopolítico que pudesse servir aos seus interesses nacionais. Entretanto, a crise dos Rohingya significou um ponto de inflexão nesse arranjo, obrigando o país a voltar-se novamente para a China.

Isso não significou necessariamente um retrocesso às necessidades econômicas do país, uma vez que, em 2020, em visita de Xi Jinping ao país, foram assinados 33 memorandos de entendimento, boa parte deles relacionados a projetos de infraestrutura. Essa conjuntura tampouco significou o apoio de Mianmar aos anseios geopolíticos chineses em questões espinhosas com a ASEAN, como o Mar do Sul da China. Se o país não deseja se tornar um Estado satélite do vizinho ao norte, ele também está ciente de que não deve se alijar da China. A adoção de uma postura pragmática, consoante sua política externa de neutralidade, impõe uma aferição diligente para servir aos interesses de sua sociedade. O mesmo pode ser visto nas políticas da junta militar que ascendeu ao poder com o golpe de 2021, cujo



retrocesso democrático reposiciona novamente o país à condição de pária no Ocidente e submete-o a um isolamento análogo ao dos anos 1990 e 2000.

### **Considerações Finais**

A exposição supracitada neste trabalho demonstra a histórica e latente hostilidade e suspeição sobre os interesses chineses no território mianmarenses. A natureza xenófoba e sinofóbica dos militares, que remonta à independência do país, recrudescer com a dependência diplomática e econômica dos chineses desde o fim da Guerra Fria, a qual contraria fortemente os ideais nacionalistas e soberanistas do setor castrense. Esse fato, por si só, seria suficiente para dissipar as análises mais açodadas – e, portanto, passíveis de revelar inclinações ideológicas – de que o golpe militar em Mianmar levaria inexoravelmente o país para a órbita de influência da China.

Faz-se necessário evitar avaliações binárias e excludentes das transformações recentes de Mianmar, que têm o intuito de categorizar o país como mais inclinado a cultivar relações mais estreitas com a China, vilipendiando a capacidade de líderes políticos, autoridades econômicas e agrupamentos civis de delinear suas próprias estratégias em benefício do desenvolvimento do país. Seus interesses nacionais não estão a reboque da política externa de uma ou outra potência, de maneira que o estabelecimento de relações mais próximas com outros Estados e organizações servem ao propósito de satisfazer seus desígnios em prol do progresso nacional e da superação das dificuldades socioeconômicas que assolam sua população.

Os líderes de Mianmar, sob regimes autoritários ou democráticos, estão plenamente cientes das assimetrias de poder existentes nas suas relações com a China. A junta militar que assumiu o país com o golpe de 2021 está levando esses aspectos em consideração, da mesma maneira que o governo democrático de Aung San Suu Kyi teve de recalibrar suas relações com os chineses de acordo com as conjunturas geopolíticas, econômicas e estratégicas. As relações sino-mianmarenses afetam profunda e diretamente as decisões políticas do país, devido à sua multidimensionalidade. Compreender as nuances e idiosincrasias que norteiam os históricos movimentos centrífugos e centrípetos entre China e Mianmar é fundamental para a compreensão da geopolítica contemporânea asiática e global.



## Referências

FAN, Hongwei. China-Burma geopolitical relations in the Cold War. **Journal of Current Southeast Asian Affairs**, v. 31, n. 1, p. 7-27, 2012.

HAN, Enze. Under the shadow of China-US competition: Myanmar and Thailand's alignment choices. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 11, n. 1, p. 81-104, 2018.

HÜCKEL, G.A. La géographie de la circulation, selon Friedrich Ratzel (Premier article). Em: **Annales de Géographie**, v. 15, n. 84. Paris: Armand Colin, p. 401-418, 1906.

HUNG, Po-Yi; BAIRD, Ian G. From soldiers to farmers: The political geography of Chinese Kuomintang territorialization in northern Thailand. **Political Geography**, v. 58, p.1-13, 2017.

JAFFREY, Sana. End of Myanmar's rocky road to democracy? **Carnegie Endowment for International Peace**, 2021. Disponível em: <<https://carnegieendowment.org/2021/02/02/end-of-myanmar-s-rocky-road-to-democracy-pub-83774>>. Acesso em 22.10.2021.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Editora Objetiva, 2011.

LI, Chenyang; CHAR, James. "China-Myanmar relations since Naypyidaw's political transition: How Beijing can balance short-term interests and long-term values". **RSIS Working Paper 288**, Singapore: Rajaratnam School of International Studies, 2015.

OMC. Trade Policy Review: Myanmar. **Organização Mundial do Comércio (OMC)**. 2021. Disponível em: <[https://www.wto.org/english/tratop\\_e/tp\\_r\\_e/s405\\_e.pdf](https://www.wto.org/english/tratop_e/tp_r_e/s405_e.pdf)>. Acesso em: 03.11.2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SELTH, Andrew. "If pushed too far, would Myanmar leave Asia?". **Lowy Institute**, 20 out. 2021. Disponível em: <<https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/if-pushed-far-enough-would-myanmar-leave-asean>>. Acesso em 22.10.2021.

SIPRI. The SIPRI arms transfers database. **Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)**. 2021. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/armstransfers>>. Acesso em 22.10.2021.

STEINBERG, David I.; FAN, Hongwei. **Modern China-Myanmar relations: Dilemmas of mutual dependence**. NIAS Press, 2012.

SUN, Yun. China's Strategic Misjudgement on Myanmar. **Journal of Current Southeast Asian Affairs**, v. 31, n. 1, p. 73-96, 2012.

ZHANG, Ruosui. Chinese Investment in Myanmar: Beyond Myitsone Dam. **The Diplomat**. 22 jul. 2020. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2020/07/chinese-investment-in-myanmar-beyond-myitsone-dam>>. Acesso em: 25.10.2021.

ZIN, Min. China–Burma relations: China's risk, Burma's dilemma. In: DITTMER, Lowell (Ed.). **Burma or Myanmar? The struggle for national identity**. World Scientific Publishing Company, 2010, p. 261-293.

**Submetido em 01.03.2023.**

**Publicado em 12.04.2023.**

